



Hoje (1), a Câmara dos Deputados e o Senado Federal empossaram os parlamentares eleitos, dando início à 57ª Legislatura. Além disso, realizaram eleições para os cargos das Mesas Diretoras.

Análises

Houve reeleição em ambas as Casas Legislativas. Lira (PP-AL) recebeu recorde de votos, ficando à frente quanto ao número de votos, se comparada toda série histórica. Foram 464 votos.

Para marcar posição, o presidente Lula exonerou 13 ministros para que pudessem participar das eleições, no Senado, participaram Camilo Santana (PT-CE), ministro da Educação, Carlos Fávaro (PSD-MT), ministro da Agricultura, Flávio Dino (PSB-MA), ministro da Justiça e Segurança Pública, Renan Filho (MDB-AL), ministro dos Transportes, Wellington Dias (PT-PI). Na Câmara, participou Alexandre Padilha (PT-SP), ministro da Secretaria das Relações Institucionais, Daniela Carneiro (UNIÃO-RJ), ministra do Turismo, Juscelino Filho (UNIÃO-MA), ministro das Comunicações, Luiz Marinho (PT-SP), ministro do Trabalho, Marina Silva (REDE-SP), ministra do Meio Ambiente, Paulo Pimenta (PT-RS), ministro da Secretaria de Comunicação

Inaugurando uma frente de oposição do centrão ao governo federal, o deputado Marcel Van Hatem (NOVO-PR) lançou sua candidatura, momentos antes da abertura da sessão de votação. A ação representou uma amostragem da frente ofensiva, que deverá ser liderada pelo PL e NOVO, à frente do bloco de oposição. O efeito simbólico, todavia, foi na contramão. A eleição recorde demonstrou que o presidente reeleito dominará as indicações para ocupar as Comissões Permanentes mais expressivas. Ainda, a eleição revela que Lira terá conforto em manobras regimentais,

dado que terá número suficiente de deputados controlados e maioria no colegio de líderes, o que permitirá grande contingente de votações em bloco e orientação de bancada.

Em seu primeiro discurso após a eleição, Lira asseverou que fará uma gestão conciliadora é que “jamais haverá um Brasil sem liberdade”, mote de campanha que encontra aderência com o bloco que formava apoio do ex-presidente Bolsonaro.

A Mesa Diretora eleita, que compôs a chapa do Progressista, foi formada por Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Sostenes Cavalcante (PL-RJ) na primeira e segunda vice-presidência, respectivamente. Luciano Bivar (UNIAO-PE), Maria do Rosário (PT-RS), Julio Cesar (PSD-PI) e Lúcio Mosquini (MDB-RO), nos postos de secretários.

A composição privilegia uma ala conservadora nas posições de comando da presidência, com capacidade de imobilização de pauta e arranjos de votação. Os postos administrativos, por sua vez, atendem aos partidos com maior representatividade.

A eleição dada como certa e previamente “precificada” politicamente pelo Planalto revela um desenho com potencial de revés ao governo. A principal comissão da Casa, a CCJC, será palco de disputa acirrada entre PT e PL que duelam pela presidência. Não obstante o acordo desenhado atualmente coloca o PT à frente da disputa, o bloco perdedor (PL) ganha espaço para oxigenar uma frente de oposição forte para concorrer à próxima eleição de presidente da Câmara, que ocorrerá em 2025. Além disso, deve haver uma concentração de parlamentares opositores nas Comissões Permanentes chave, o que exigirá mobilização constante da base governista para impedir derrotas em pautas prioritárias.

Já no Senado Federal a disputa foi diferente. Um acirramento entre Pacheco (PSD-MG) e Marinho (PL-RN) provocou acordos políticos que deixam a base governista com obrigação de fazer concessões. O placar ficou em 49 a 32, em favor do atual presidente. A eleição da Mesa Diretora no Senado ocorrerá amanhã (2/2).

Os votos expressivos de Marinho não afastam, sobremaneira, o risco ao governo federal, dado que revelam a consolidação de uma oposição conjugada com a ala



conservadora em ascensão na Casa. Os 32 votos, por exemplo, são suficientes para garantir abertura de CPIs (27 votos) e proposições de Plenário, que exigem maioria simples. O quórum de votantes nas proposições dificilmente alcança 100% dos eleitos, o que possibilita votações coesas pela oposição.

O clima de tensão eleitoral também gerou uma disputa regimental. Parlamentares liderados por Eduardo Girão (PODEMOS-CE) e Jorge Kajuru (PSB-GO) arguíram a possibilidade de pronunciar em Plenário o próprio voto, o que quebraria o sigilo regimentalmente exigido. A quebra de sigilo tem como consequência a anulação do voto. Diante do impasse, o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) engrossou o coro contra a sanção, que favoreceria em tese Pacheco. Após debate, a presidência da sessão confirmou o sigilo do sufrágio.

Visando fortalecer a eleição de Pacheco, Lula solicitou a suspensão e revogação de 18 nomeações de ocupantes de órgãos, Autarquias, Embaixadas entre outros, o que permitirá novos acordos quanto as indicações políticas. A manobra deu a Pacheco condições de agregar votos.